

PETROPOLITANAS



Foram 10 votos contra e 3 a favor

Câmara rejeita pedido de cassação do prefeito

A Câmara de Petrópolis negou o pedido de cassação do prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes, em votação na manhã desta quarta-feira (10). A denúncia foi encaminhada na semana passada pela sociedade civil que alega improbidade administrativa por falta de merenda escolar, falta de insumos de saúde e medicamentos em postos e unidades de saúde. Também foi citada na denúncia, falha na coleta de lixo e risco epidêmico e atraso no pagamento de salário dos servidores. O pedido foi negado pelos parlamentares por votos 10 votos a 3. O parecer do departamento jurídico da Câmara foi desfavorável, justificando falta de elementos jurídicos e optou pelo arquivamento do processo. Dos 15 parlamentares, dois não estavam presentes no momento da votação.

Voto dos parlamentares

Os parlamentares que votaram contra o pedido foram: Carlos Alberto, Domingos Protetor, Dudu, Gil Magno, Júnior Paixão, Júnior Coruja, Otávio Sampaio, Thiago Leite, Thiago Damasceno e Wesley Barreto. Votaram a favor do pedido: Júlia Casamasso, Léo França e Professora Lívia Miranda. Não estiveram presentes na votação os parlamentares Marquinhos Almeida e Gilda Beatriz.

Divulgação/Câmara



O Projeto de Lei segue agora para sanção do executivo.

PL que dá alvará temporário é aprovado

A Câmara Municipal de Petrópolis aprovou, nessa terça-feira (09), o Projeto de Lei de autoria do vereador Carlos Alberto, que regulamenta a autorização para a realização de eventos de pequeno e médio porte em imóveis do município. A proposta estabelece critérios técnicos, urbanísticos e ambientais para a concessão de alvará provisório ou permanente, oferecendo segurança jurídica aos empreendedores e garantindo que as atividades não comprometam o sossego, o trânsito e a qualidade de vida da vizinhança. De acordo com o texto, os eventos considerados de pequeno e médio porte são aqueles com capacidade máxima de 150 pessoas.

Apoio e críticas

Apesar da aprovação do texto, durante a votação no plenário, a vereadora Gilda Beatriz solicitou pedido de vista por três sessões, para análise do projeto, votado em regime de urgência. Segundo a parlamentar, a aprovação pode gerar impactos e transtornos em alguns casos, como excesso de barulho e perturbação do sossego.

Convocação

A concessionária Elovias Sa informou ao Correio Petropolitano que não foi convocada para a reunião realizada pelo Ministério Público Federal (MPF), e que contou com a presença do prefeito de Petrópolis, Hingo Hammes e do deputado federal, Hugo Leal, nesta semana. A reunião estava prevista apenas com a ANTT, reguladora da concessão.

Flamengo

Chamou a atenção nesta quarta-feira (10), que a Câmara de Petrópolis adiantou as sessões, que comumente são realizadas às 14h e 16h, para 09h devido o jogo do Flamengo, válido pelo Intercontinental. A informação foi dada logo no início da sessão. O fato é que entre os temas em pauta, estava a votação da cassação do prefeito do município. Será que os jogos estão acima dos interesses da população petropolitana?

Rotativo

Embora o município tenha atualizado o contrato com a empresa Sinal Vida, responsável por operar o rotativo em Petrópolis, não faltaram críticas durante a sessão desta quarta-feira (10). O Presidente da Casa, Júnior Coruja e o vereador Dudu, que apoia o governo na maioria das pautas, criticaram a medida e chegaram a protocolar pedidos de informação.

Solenidade

A Escola Municipal Monsenhor João de Deus Rodrigues, de Pedro do Rio, foi a grande vencedora da 33ª edição dos Jogos Estudantis Municipais (Jems). A cerimônia de premiação aconteceu nesta quarta-feira (10) no auditório da Unifase.

Solenidade II

Em 2025, os jogos reuniram mais de 1500 alunos de 37 escolas. "Petrópolis sempre teve uma vocação natural para o esporte, e muitos dos nossos atletas que hoje brilham pelo país começaram a sua trajetória nos nossos Jogos Estudantis. Cerca de 400 pessoas participaram da solenidade.

Solenidade III

O secretário de Esporte, Leandro Kronenberger, destacou a importância dos Jogos para a cidade. "A valorização do esporte na nossa cidade cresce graças ao empenho de cada um de vocês, tanto nos jogos quanto em salas de aula".



Empresa diz que pagamento de outubro está atrasado

Setranspetro pede mais um bloqueio de R\$ 1,9 milhão

Sindicato afirma que valores do Vale Educação não foram repassados pelo município

Por Gabriel Rattes

O Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Petrópolis (Setranspetro) enviou à 4ª Vara Cível de Petrópolis um pedido para que a Justiça determine o sequestro — bloqueio imediato — de R\$ 1.927.000 das contas do município. O valor corresponde ao subsídio do Vale-Educação referente ao mês de outubro, previsto em lei, mas que, segundo o sindicato, não foi pago.

De acordo com o documento enviado, o pagamento regular do subsídio referente ao Vale-Educação, previsto na Lei Municipal nº 6.387/06, deve ocorrer todo o dia 20 de cada mês. No entanto, o pagamento referente ao mês de outubro de 2025 não foi realizado na data prevista. "Como se passaram mais de seis dias de atraso, é cabível o sequestro de valores, conforme determina a sentença homologatória do acordo", diz um trecho.

Histórico de bloqueios

No mês de outubro, a Justiça acatou outro pedido do Sindicato e determinou o sequestro do mesmo valor para garantir o pagamento do subsídio do Vale-Educação, benefício que cobre parte dos custos do transporte escolar. A decisão foi proferida pelo juiz Jorge Luiz Martins Alves, da 4ª Vara Cível, após atraso no repasse.

À época, o juiz reconheceu o descumprimento e apontou que o município "persevera no ânimo de desrespeitar obrigações consolidadas por decreto homologatório", classificando a conduta da gestão financeira como "ignominiosa" (vergonhosa). Diante disso, determinou

que o bloqueio fosse feito sem demoras, com transferência do montante para a conta do Setranspetro.

No fim de setembro, o Correio Petropolitano mostrou que a empresa Turp Transportes enfrentou uma paralisação de rodoviários por falta de pagamento. No mês, a empresa afirmou que o atraso nos repasses do Vale-Educação pela Prefeitura comprometeu o caixa da companhia e impediu o pagamento de salários. O movimento, ocorrido em 24 de setembro, deixou passageiros sem ônibus à noite e só foi encerrado na manhã seguinte.

Na ocasião, a Prefeitura afirmou que vinha realizando os repasses do Vale-Educação regularmente e que o salário dos rodoviários não poderia estar condicionado ao pagamento do subsídio, destacando ainda que o Município parcelou valores de 2024 e mantinha os repasses desse ano dentro do cronograma.

Na petição, o Setranspetro diz que o transporte coletivo da cidade enfrenta dificuldades e que a falta do repasse pode prejudicar a qualidade do serviço e atrasar melhorias. O sindicato argumenta ainda que o descumprimento do pagamento afeta não só as empresas, mas a população e a economia local.

Em nota, a prefeitura informou que "A administração atua para evitar novos atrasos, porém a situação econômica do município e os bloqueios judiciais recorrentes ainda impactam o fluxo de pagamentos. Sobre o Vale-educação, a atual gestão recebeu dívida acumulada do período anterior, realizou o parcelamento do débito e mantém regularidade nos pagamentos mensais", disse em nota.